

Disputa regional vai esvaziar palanque da reeleição de FH

■ Reunir Marcello e César, no Rio, ou Covas e Maluf, em São Paulo, é impossível

FH em campanha

■ Lançou o programa Brasil em Ação com 42 projetos de obras prioritárias.

■ Nomeou o deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) para líder do governo com o objetivo de acelerar as reformas

■ Recebeu Paulo Maluf para um jantar íntimo no Palácio da Alvorada com a versão oficial de que era para pedir apoio às reformas constitucionais.

■ Convidou Itamar Franco para um jantar em Nova Iorque com o objetivo de acertar os ponteiros para a campanha da reeleição. O presidente não gostaria de disputar a eleição contra Itamar.

■ Evitou uma reforma ministerial e nomeou dois novos ministros do PMDB, Eliseu Padilha (RS), nos Transportes, e Íris Resende (GO), na Justiça.

Oposição — Já os esforços para unificar o palanque no Rio de Janeiro serão inúteis. O candidato do PFL, César Maia, se alimenta dos ataques à administração do governador Marcello Alencar (PSDB). Avalia-se que uma aliança entre PFL e PSDB, no Rio, poderá beneficiar um terceiro candidato — e, certamente, a oposição.

A briga desta semana entre o PSDB e o PPB paulistas pelo apoio do PFL mostra que, em São Paulo, o quadro é o mesmo. O governador tucano Mário Covas jamais aceitaria a neutralidade de ou a divisão do prestígio de Fernando Henrique com seu provável adversário do PPB, o ex-prefeito Paulo Maluf. Um ministro muito próximo do presidente e com livre acesso ao Planalto tem uma proposta para solucionar o impasse: "A única forma é aquela em que o presidente, indo aos estados, tenha seu próprio palanque, onde estarão todos os candidatos que o apoiam, como nas Diretas-já."

Fernando Henrique reconhece que, entre os desafios a enfrentar, o único que não tem solução, até agora, é a acusação de uso da máquina do governo. No coquetel de seu aniversário, o presidente

alertou para este problema: "Tudo o que eu fizer agora será por que estou em campanha." Mas o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, que já montou um programa de inaugurações em todo o país, criou uma justificativa ética para a coincidência de a nova fase do governo chegar justamente há um ano da eleição: "O governo não faz nada de errado, ao mostrar à população as obras que está fazendo. Os governantes têm o dever de prestar contas."

O entusiasmo do governo em colocar na campanha, lado a lado, as obras e o Plano Real tem também um objetivo de marketing: evitar que o debate fique centralizado na área social, onde o governo sofre as maiores críticas. O Planalto e os marqueteiros que assessoram Fernando Henrique farão tudo para tornar o debate sobre Educação, Saúde, Desemprego e Reforma Agrária o mais tímido possível.

BÚZIOS: Villa Acquamarina

Pacote 1 semana casal: R\$ 215,00 (Aloj. Casal)
Suíte / Piscina / Sauna / Jacuzzi / Praia / Estar
Reservas: (021) 633-7755 (0246) 232135

ILIMAR FRANCO E JORGEMAR FELIX

BRASÍLIA — As disputas políticas regionais vão impedir que o presidente Fernando Henrique realize um projeto para a campanha da reeleição: reunir todos os partidos que apoiam seu governo no palanque presidencial. O candidato Fernando Henrique terá o apoio do PSDB e do PFL, e talvez até a adesão do PMDB e do PPB. Mas nenhum desses partidos vai abrir mão de disputar seus espaços de poder nos estados. Todas as legendas governistas querem ampliar seus domínios e usar, para isso, o prestígio do Plano Real.

Mas a campanha da reeleição traz outros desafios para o presidente — inclusive o de alterar a estratégia de marketing, que passa a ser feita, agora, com as obras que o governo pretende inaugurar até a eleição. O mais difícil será conciliar o exercício da presidência com a campanha, sem caracterizar o uso da máquina pública. "O Fernando Henrique vai querer dizer que inaugurar obra é governar, e não fazer campanha", define o senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Com a intenção de liquidar com as reformas constitucionais este ano, o presidente deu o primeiro passo em direção à campanha: nomeou para líder do governo o deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA). Mas, segundo os governistas, a única forma de a eleição não contaminar a maioria aliada no Congresso seria o presidente se manter, tanto quanto possível, equidistante do processo eleitoral.